



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Que entre si celebram, de um lado, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Marino José Frey, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, pessoa jurídica de direito privado, situada a....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., neste ato - representada por seu representante legal Senhor, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, em decorrência ao Processo Licitatório **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** nº....., homologado em .../.../..., mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei 14.133/2021 e suas alterações, ao edital convocatório, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (art. 92, I)

1. Concessão de uso da exploração de copa e cozinha em espaços esportivos do Município de Tunápolis, visando atender as finalidades precípua da Administração e da população do Município, em especial para poder executar os eventos esportivos organizados pela Comissão Municipal de Esportes e Unidades Escolares do Município.

| COTAÇÃO DE PREÇOS CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA | | | | | |
|---|---|------|-------|--------------|--------------------|
| ITEM | Descrição | Qtde | Unid. | Valor Mínimo | Valor Global Anual |
| 1 | Seleção de concessionária para explorar as dependências do Ginásio Municipal Francisco Cacildo Froelich , tendo edificado neste local um Ginásio Esportivo com copa, cozinha e banheiros, quadra esportiva, permitindo-se à exploração comercial do bar e cozinha e dos horários livres não ocupados pelo Município, por concessão de uso, comprometendo-se com a limpeza do referido espaço público | 12 | Mês | | |
| 2 | Seleção de concessionária para explorar as dependências do Ginásio Municipal de Linha São Pedro , tendo edificado neste local um Ginásio Esportivo com copa, cozinha e banheiros, quadra esportiva, permitindo-se à exploração comercial do bar e cozinha e dos horários livres não | 12 | Mês | | |



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

| | | | | | |
|---|--|----|-----|--|--|
| | ocupados pelo Município, por concessão de uso, comprometendo-se com a limpeza do referido espaço público | | | | |
| 3 | Seleção de concessionária para explorar as dependências do Centro Poliesportivo “Bertilo Wiggers” , tendo edificado neste local um Centro Esportivo com copa, cozinha e banheiros, Campo de Futebol de Futebol Sete e Quadra de Tênis, Quadra de Vôlei de areia, pista de caminhada, permitindo-se à exploração comercial do bar e cozinha, por concessão de uso, comprometendo-se com a limpeza do referido espaço público | 12 | Mês | | |
| | | | | | |

CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR (art. 92, II).

1. Este contrato é vinculado ao edital do Processo Licitatório nº, CONCORRENCIA nº 0.../2026, homologado em 00/00/202X, e à proposta do licitante vencedor XXX.

CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006 Lei subsidiariamente à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, à Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e à Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010” e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

3.

CLÁUSULA QUARTA: REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO (art. 92, IV)

1. A presente contratação consiste na concessão onerosa de uso de bem público municipal para exploração comercial dos serviços de copa, cozinha, bar e observadas as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e proposta vencedora.

CLÁUSULA QUINTA: PREÇO E PAGAMENTO

1. A CONCESSIONÁRIA pagará ao MUNICÍPIO, a título de outorga pela utilização do espaço público concedido, o valor mensal de R\$ _____, conforme proposta vencedora do certame.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

2. O pagamento deverá ser efetuado até o dia ____ de cada mês, mediante guia ou documento de arrecadação emitido pelo Município.
3. O atraso no pagamento sujeitará a CONCESSIONÁRIA à incidência de atualização monetária, juros e demais penalidades previstas no edital e neste contrato.
4. O valor da outorga será reajustado anualmente pelo IPCA acumulado dos últimos 12 (doze) meses ou outro índice oficial que venha a substituí-lo

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência da concessão será de ____ meses/anos, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da legislação e do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: PRAZOS

1. A CONCESSIONÁRIA deverá iniciar as atividades no prazo máximo de ____ dias após assinatura do contrato e emissão do Termo de Entrega do Espaço.

CLÁUSULA OITAVA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA (art. 92, VIII)

1. A presente contratação não demanda previsão de dotação orçamentária específica, tendo em vista que se trata de concessão onerosa de uso de bem público, da qual não decorrerão despesas para a Administração Municipal. Ao contrário, a execução do objeto resultará em receita pública, proveniente do pagamento da outorga mensal pela concessionária vencedora.
2. Dessa forma, não há necessidade de reserva de recursos orçamentários para a realização da presente licitação, observando-se o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA NONA: DIREITOS E RESPONSABILIDADES

1. DA CONCESSIONÁRIA:

2. DO MUNICÍPIO:

(Ver ETP, TR elaborado pelo controlador interno do município de Tunápolis).

CLÁUSULA DÉCIMA: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

1. A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por servidor designado por Portaria do Município, competindo-lhe acompanhar a utilização do espaço concedido, verificar o cumprimento das obrigações contratuais e comunicar eventuais irregularidades à autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: OS CASOS DE EXTINÇÃO (art. 92, XIX)

1. Constituem motivos para extinção do contrato, observados o contraditório e a ampla defesa e mediante processo administrativo devidamente motivado:
 - a) O descumprimento total ou parcial das cláusulas contratuais, das condições estabelecidas no edital ou dos prazos fixados;
 - b) O desatendimento das determinações da fiscalização ou da autoridade competente;
 - c) A alteração da estrutura societária, da finalidade ou da condição jurídica da CONCESSIONÁRIA que comprometa a execução do objeto contratual;
 - d) A decretação de falência, recuperação judicial que inviabilize a execução contratual, dissolução ou extinção da empresa CONCESSIONÁRIA;
 - e) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, que impeçam a continuidade da execução do contrato;
 - f) Razões de interesse público devidamente justificadas pela Administração Municipal;
 - g) O não cumprimento das obrigações legais relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, quando aplicáveis;
 - h) O atraso reiterado ou a inadimplência no pagamento da outorga mensal prevista neste contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

1.1. Nas hipóteses em que a extinção do contrato decorrer de fatos atribuíveis à Administração Pública, será assegurado à CONCESSIONÁRIA o direito ao contraditório e à ampla defesa, bem como ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando cabível, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. A CONCESSIONÁRIA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- a) Impossibilidade de utilização do espaço concedido por fato imputável exclusivamente à Administração Municipal;
- b) Suspensão da execução do contrato por ordem da Administração por prazo superior a 90 (noventa) dias, sem justificativa legal;
- c) Descumprimento, pela Administração, de obrigações contratuais que inviabilizem a continuidade da exploração do objeto concedido.

A extinção do contrato poderá ocorrer:

- a) Por ato unilateral da Administração, nos casos previstos em lei e neste contrato;
- b) Por acordo entre as partes, desde que haja interesse público devidamente justificado;
- c) Por decisão judicial.

3.1. A extinção será formalizada mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONCESSIONÁRIA terá direito à indenização pelos prejuízos efetivamente comprovados, na forma da legislação aplicável.

Na hipótese de extinção contratual por culpa da CONCESSIONÁRIA, a Administração poderá reassumir imediatamente a posse e administração do espaço concedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: FORO (art. 92, § 1º)

1. Fica eleito o foro da Comarca de Tunápolis/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

1. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA.

2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

i) Eventualmente, podem as partes convencionar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;

d) Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

i) Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros,



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

3. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal e passado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
4. Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.
5. No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
6. A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.
7. A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.
8. As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.
9. A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.
10. A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.
- 10.1. Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.
11. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.
12. Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e Leis e regulamentos de Proteção de Dados em vigor.
13. O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devendo a parte responsável, em até 10(dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.
14. A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante dados pessoais.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

15. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

15.1. Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

16. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 *LGPD).

16.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: PUBLICAÇÃO

1. Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura das partes (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).

2. Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);

II - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021);
(LOCAL), (DATA).

Prefeito(a) do Município de XXX
CONTRATANTE

XXX – Empresa XXX
CONTRATADO

1ª Testemunha
Nome

:
2ª Testemunha
Nome